



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682415 - GO (2021/0232779-6)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : ALEX SILVA BATISTA
ADVOGADO : ALEX SILVA BATISTA - GO051756
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE : RAFAEL MAGNO DIAS BATISTA DE MELO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RAFAEL MAGNO DIAS BATISTA DE MELO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS (HC n. 5242998-53.2021.8.09.0000).

O paciente foi preso em flagrante, em 4/5/2021, pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 241-A e 241-B do Estatuto da Criança e do Adolescente. Posteriormente, a prisão em flagrante foi convertida em preventiva.

Nesta via, o impetrante sustenta a ausência de fundamentação apta a justificar a segregação cautelar imposta ao paciente, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema, insculpidos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para revogar a custódia preventiva imposta ao paciente, ainda que com a adoção de medidas cautelares menos gravosas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, especialmente porque o relator do acórdão impugnado consignou que (fls. 11-12):

Ora. É evidente a necessidade de salvaguardar a ordem pública, seja para evitar a repetição das práticas em questão, seja para desestabilizar eventual esquema de pedofilia em que o suposto agente estava envolvido, mostrando-se adequada, por ora, a manutenção da última ratio.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência